Entrevista de José da Silva Lopes: a criação da EFTA (Lisboa, 23 Outubro 2007)

Source: Interview de José da Silva Lopes / JOSÉ DA SILVA LOPES, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 23.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:11:03, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:
http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_da_silva_lopes_a_criacao_da_efta_lisboa_23_outubro_2007-pt-25dd1377-5117-4d0f-be38-274d775a15f4.html

Last updated: 04/07/2016

Entrevista de José da Silva Lopes: a criação da EFTA (Lisboa, 23 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] Começava pelo início da sua carreira. No final dos anos 50, o senhor doutor foi técnico no Ministério da Economia, tendo assistido e participado aos primórdios da Associação Europeia de Comércio Livre, a EFTA. Pode explicar-nos um pouco por que razão Portugal preferiu entregar a EFTA em vez da Comunidade Económica Europeia? Quais foram as vantagens, digamos, desta escolha para Portugal?

[José Silva Lopes] Ora, quando se formou a Comunidade Económica Europeia, os vários países da OCDE que não pertenciam à Comissão [*Sic*] pretenderam organizar uma zona de trocas livres abrangendo todos os países da OCDE, por forma a evitar as descriminações comerciais que a Comunidade Económica Europeia ia criar. A Comunidade Económica Europeia ia, por exemplo, passar a tratar os vinhos italianos de uma forma mais favorável do que os vinhos portugueses. Os vinhos portugueses pagavam a pauta exterior comum, enquanto os vinhos italianos tinham circulação livre. Quem diz os italianos, diz os franceses, diz até os luxemburgueses. E, portanto, isso era uma discriminação contra os países que ficavam de fora, nessa altura, da Comunidade Económica Europeia. Por isso, houve um movimento comandado pela Inglaterra, no sentido de se criar uma grande zona de trocas livres na Europa. E esse trabalho foi desenvolvido na OCDE entre todos os países membros e Portugal, como membro da OCDE, participou também nesse movimento.

Houve negociações prolongadas e, ao fim de um certo tempo, essas negociações não andaram para a frente, abortaram porque o general de Gaulle opôs-se a que se fizesse esse acordo. E portanto, chegou-se a uma situação em que havia a formação da Comunidade Económica Europeia com os seus países membros originais e os outros países todos ficaram de fora. Nessa altura, os Ingleses que não podiam aceitar, ou melhor, que não queriam aceitar a Comunidade Económica Europeia por várias razões: em primeiro lugar pelos problemas de soberania, em segundo lugar por causa dos problemas da Commonwealth – enfim, até porque o seu espírito europeu não era e se calhar continua a não ser dos mais entusiásticos –, os Ingleses nessa altura, resolveram…enfim, resolveram não, mas lideraram um grupo de países que não estavam na Comunidade Europeia, no sentido de formarem uma associação, digamos, alternativa, que foi a EFTA, como forma de fazer alguma pressão sobre a Comunidade Europeia.

Portanto, o objectivo da EFTA era unir forças para que a Comunidade Europeia aceitasse melhor chegar a um acordo com os países que ficavam de fora, no sentido de evitar as tais descriminações comerciais. Esse acordo, os Ingleses procuraram… – os Ingleses, volto a dizer, eu falo nos Ingleses porque eram o país mais importante deste grupo, mas provavelmente os outros países da EFTA também estavam envolvidos nisso –, eles basicamente organizaram-se como o grupo dos países mais evoluídos da OCDE e deixando de fora países como a Turquia, a Grécia, Portugal, a própria Irlanda, que tinham estado nas negociações anteriores, um pouco num chamado grupo de países em vias de desenvolvimento. Naquela altura, a própria Irlanda era considerada um país em vias de desenvolvimento. Portanto, foi um grupo organizado com seis países membros, industrializados, evoluídos, que incluíam a Suécia, a Dinamarca, a Noruega, a Áustria, a Suiça e… a Inglaterra – eram estes seis – e Portugal a princípio não estava convidado para isso.

No entanto, nós tínhamos cá em Portugal nessa altura, quer nos serviços diplomáticos, quer no Governo, pessoas com bastante influência na OCDE, bastante prestigiadas na OCDE, que acabaram por conseguir fazer-nos convidados para entrarmos na EFTA. Foi o embaixador Guerra ao nível dos serviços diplomáticos e o doutor Correia de Oliveira ao nível de membro do Governo. Qualquer um deles tinha um grande prestígio na OCDE e conseguiram aquilo que nem os Irlandeses tentaram, nem os Gregos, … conseguiram ser convidados para participar na EFTA.

A CEE para nós, nessa altura, não era uma alternativa por duas razões: primeiro, eles não estavam interessados em que nós entrássemos, era perfeitamente claro; segundo, a CEE implicava a adopção de uma pauta exterior comum, e como nós tínhamos as ligações com o Ultramar, a ideia de que tínhamos de tratar o comércio com o Ultramar, com as ex-colónias, que tínhamos de tratar isso numa base preferencial, implicava que nós não podíamos aplicar ao Ultramar a mesma pauta que os outros países, que a França ou que a Alemanha. Tínhamos que… nós se aderíssemos à Comunidade Económica Europeia, tínhamos que tratar o Ultramar em condições de igualdade com os outros países africanos. Havia aquela ideia de Portugal uno, naquela altura, Portugal era uma nação única que se estendia desde o Minho a Timor, e portanto isso

era impossível do ponto de vista político, na altura, que a gente entrasse na CEE.

Aliás, tinham sido razões também desse estilo, em parte, que levaram os Ingleses a não quererem aderir à Comunidade Europeia, a nunca mostrarem interesse nisso, porque eles também queriam manter relações com a Commonwealth à parte.

Ora bem, portanto, a via da CEE estava-nos impedida por várias razões: por razões externas porque não mostravam nenhum interesse em que nós lá estivéssemos; por razões internas, porque nós, por causa deste problema ultramarino, não queríamos entrar. A EFTA, em compensação, oferecia-nos uma grande flexibilidade. Como era uma zona de comércio livre, permitia que cada país tivesse a sua pauta diferenciada. Quer dizer, a pauta portuguesa não tinha que ser igual à sueca, nem igual à inglesa, e portanto, nós podíamos ter preferências para o Ultramar e os Suecos não tinham nada que dar preferência ao Ultramar. E isso, portanto, oferecia-nos muita mais flexibilidade. E nós, volto a dizer, não fomos convidados inicialmente para entrar na EFTA. Entrámos na EFTA por causa, digamos, do arrojo…eu diria do arrojo e da visão de duas pessoas cá em Portugal, que foram o embaixador Guerra e o doutor Correia de Oliveira, e conseguimos entrar na EFTA.

Na EFTA, conseguimos fazer vingar a ideia de que éramos um país menos evoluído do que os outros, e portanto que mereceríamos um tratamento especial no que respeita ao desmantelamento das barreiras proteccionistas. Enquanto que a EFTA tinha marcado um período transitório para a eliminação das barreiras aduaneiras – salvo erro, inicialmente 10% – que depois foi encurtado para menos anos, para bastante menos anos… já não me lembro quanto, mas talvez para uns 6, mas não me lembro exactamente o número, Portugal teve um período transitório de 20 anos. Reconheceu-se para Portugal isso, foi uma grande generosidade e compreensão da parte dos outros países da EFTA. E por isso é que nós entrámos na EFTA e não entrámos na CEE.

É claro que depois, uns anos depois, a Grécia conseguiu fazer um acordo de associação com a CEE, mas isso foi só depois, na altura isso não se punha sequer essa alternativa. O acordo de associação da Grécia com a CEE, talvez até devesse alguma coisa ao facto de Portugal ter entrado na EFTA. Não tenho bem a certeza que não tenha acontecido, que o exemplo português não tenha levado… o exemplo de como a EFTA acolheu Portugal não tenha levado a CEE a mostrar alguma generosidade em relação à Grécia. Não tenho bem a certeza. O que é certo é que a Grécia fez um acordo de associação, mas o acordo de associação da Grécia com a CEE era diferente do nosso, claro, mas não era muito mais vantajoso, vamos lá ver, não era também assim uma coisa… Portanto, nós vivemos bem na EFTA durante a década de 1970, tivemos até surpresas grandes.

Depois de termos entrado para a EFTA, a economia portuguesa conheceu um período de grande prosperidade, em parte por causa da EFTA. Porque, ao contrário até do que eram as nossas expectativas iniciais, houve muitas empresas nórdicas, principalmente nórdicas e até americanas, que vieram para Portugal para exportar para a EFTA. Houve muitas fábricas, suponhamos suecas, de têxteis, que resolveram desmantelar na Suécia e instalar-se em Portugal para, como a mão-de-obra cá era mais barata, exportar de Portugal para lá, para a Suécia; houve fábricas americanas que, em vez de se instalarem noutros países da EFTA, vieram para Portugal porque a mão-de-obra cá era mais barata, e daqui exportavam. E portanto, a EFTA foi para nós um triunfo fabuloso.

A década de 1960 foi a época mais espectacular do crescimento económico português desde de sempre. Foram os chamados «anos dourados», eu diria desde 1960 até 1973. Foi para toda a Europa. Quer dizer, não foi só em Portugal que isso aconteceu, em toda a Europa dos anos 1960 a 1973… até há quem diga que foi desde 1945 até 1973 e há até uma expressão de um autor francês – o professor Jean Fourastié – que chamava [a esse período] *les Trente glorieuses*, muito conhecido. Portugal também teve os seus «Trinta Gloriosos», mas, principalmente, o período da EFTA de 1960 a 1973, os treze anos foram mais do que gloriosos, foram dourados. Isso deve-se… não digo que se deve só à EFTA, também se deveu à emigração, deveu-se à prosperidade da própria Comunidade Europeia, deveu-se a tudo isto. Mas a EFTA teve uma grande influência sobre isso.

E por isso, enfim, nós tivemos sorte, entrámos na EFTA por estas razões que eu disse, em parte por causa do Ultramar que nos impedia a outra alternativa, em parte porque a Comunidade Económica Europeia não estava interessada em nós, em parte porque os países da EFTA mostraram uma grande generosidade, a que não era alheia a capacidade dos negociadores portugueses, desses dois que eu mencionei, portanto foi assim que as coisas correram.